

fonte: O Estado de J. Paulo class.: 82
 data: 22/11/94 pg.: A2

YVONNE BEZERRA DE MELLO

ONGs no Brasil

As organizações não-governamentais sempre existiram no Brasil, mas nos últimos dez anos elas proliferaram geometricamente, principalmente na área de meninos de rua. Essas organizações vieram preencher um vácuo que o Estado deixou no campo social, mas não puderam substituir totalmente esse Estado nas suas ações diárias e emergenciais. Nos últimos anos elas tiveram um papel crucial na presença política no nível de resoluções que diziam respeito aos meninos de rua e às crianças indigentes nas cidades brasileiras.

No Rio de Janeiro, segundo o livro *Ação Invisível*, publicado pelo Iuperj, existem 43 organizações que se dedicam ou dizem se dedicar às crianças de rua. De acordo com o sociólogo Betinho, em 1992 existiam em torno de mil crianças vivendo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Há seis meses eu mesma fiz uma pesquisa e constatei que esse número é correto e continua o mesmo dois anos depois. Se essas 43 instituições realmente cumprissem o seu papel, teríamos 23 crianças e jovens por instituição e o problema estaria resolvido. A Pastoral do Menor e a Fundação São Martinho têm todo um passado no trabalho com essas crianças e jovens, mas atuam também nas comunidades, prevenindo a ida deles para a rua — o que explica o número alto de jovens atendidos pelas duas instituições.

Depois da chacina da Candelária, muitos projetos reavaliaram sua atuação e fecharam as portas, como a Cruzada do Menor, que agenciava os Meninos do Rio, projeto financiado pela AHT e pela CA. A Cruzada do Menor foi muito digna e constata-



Organizações sérias existem, mas falta controle de verbas e objetivos

tou que, pelo dinheiro aplicado no projeto, os resultados não foram muito animadores. Sendo assim, continuou sua ação preventiva nas comunidades, que é o que faz muito bem. O mesmo aconteceu com o Flor do Amanhã, uma outra atitude honesta, de Lygia Costa Leite, que foi uma das pioneiras nessa área quando abriu a escola Tia Ciata para esse segmento. Essas pessoas e instituições foram sensatas e nunca se aproveitaram de subsídios ou verbas.

O que prova que, apesar das ações isoladas, quem faz melhor o papel social é o poder público, e o Rio de Janeiro é o Estado da União que tem a melhor infra-estrutura para resolver esse problema, tendo sido capital da República.

Essa omissão, contudo, cede lugar a instituições que não são idôneas e se aproveitam das crianças na rua para receber subsídios e verbas que não condizem com sua atuação social. O que explica a existência na cidade do Rio de Janeiro de 620 instituições registradas que dizem se ocupar de crianças pobres, fora os milhares de outras que funcionam clandestinamente. Sendo assim, não deveria haver crianças tão miseráveis como nós temos e, como não há um controle efetivo, instituições são fundadas todos os dias. Convém observar que, no caso de meninos de rua, só três dessas organizações existiam antes de 1984. As outras 40 apareceram depois dessa data. Tais dados nos deixam pensativos...

No resto do Brasil a situação não é diferente, tanto no campo social como no campo ecológico. Existem mais de 50 organizações que dizem se ocupar da floresta amazônica, aqui, no Brasil, e lá fora. Descobri

na Flórida uma organização que arrecadava dinheiro para meninos de rua em Curitiba, e muitas outras existem ganhando à custa da pobreza no Terceiro Mundo. Depois da chacina da Candelária, muito dinheiro foi arrecadado por pessoas inescrupulosas que, na Europa, se diziam defensores dos sobreviventes — esses mesmos sobreviventes que continuam a se drogar e viver nas ruas da cidade.

Organizações sérias e visando o bem das crianças existem. O que necessitamos é de mais controle sobre verbas e objetivos. O Rio de Janeiro tem vivido um clima de abandono das suas instituições. Existem na cidade do Rio de Janeiro perto de 2 mil crianças sem assistência, debaixo de pontes e viadutos, vivendo com suas famílias miseráveis. E perto de 300 mil em estado de indigência nas várias comunidades. O menino de rua torna-se, assim, um problema menor, que ainda não foi equacionado por falta de vontade política e de planos de ação governamentais para a área.

É grande o número de crianças desaparecidas e que são encontradas em instituições fajutas, principalmente na Baixada Fluminense, que se aproveitam da ignorância das mães: as crianças são entregues, sem certidão nem nenhum outro papel, em casas que se dizem orfanatos, creches, etc. Não há controle efetivo do Estado sobre o funcionamento desses abrigos e das adoções clandestinas. Como não existem creches em número satisfatório, as mães que trabalham também deixam seus filhos em tais instituições. E quando se denuncia esse estado de coisas, as cartas ameaçadoras aparecem...

O que fazer para melhorar esse estado de coisas e esse caos que se instalou na assistência à criança pobre no Brasil? Antes de mais nada, a criança tem de deixar de ser disputa de ONGs. A criança brasileira pertence ao seu país e à sua

sociedade. Depois da chacina da Candelária houve ONGs indo ao Instituto Médico Legal reclamar os corpos dos meninos mortos, como se fossem propriedade privada! Isso me foi contado pelo diretor desse instituto na época. A assistência à criança pobre no Brasil (o menino que está na rua é só um menino pobre) tem de passar por políticas públicas, numa costura com a sociedade civil séria, tendo por único objetivo a reconstrução da dignidade do cidadão brasileiro. É nesse sentido que as ONGs e pessoas que se ocupam dessa infância e juventude devem trabalhar. Ninguém pode mais seguir seu caminho sozinho. As instituições que comprovadamente não sejam idôneas devem ser fechadas. Para isso tem de se reorganizar o Estado, seus objetivos e, de uma vez por todas, aceitar que em nenhum país que se preze existem crianças abandonadas pelas ruas morrendo prematuramente. A institucionalização do "menino de rua" tem de acabar! O Estatuto da Criança e do Adolescente tem de ser repensado e os artigos polêmicos, dele extirpados. As ONGs terão, dessa maneira, um papel importante sob controle e com objetivos únicos dentro de uma política pública que terá de existir. As verbas dos países estrangeiros serão bem recebidas se forem realmente aplicadas no que essa política irá propor. As contas de todas essas organizações terão de ser mais controladas e publicadas, para que se possa saber onde o dinheiro foi investido. O mesmo se aplica às campanhas de arrecadação de dinheiro, aqui, no Brasil, e no estrangeiro. E como consequência desse novo estado de coisas, o Rio de Janeiro não precisará de 43 ONGs de meninos de rua nem das 620 que não disseram a que vieram.

■ Yvonne Bezerra de Mello, artista plástica, dá assistência voluntária a crianças e jovens de rua no Rio de Janeiro